



ISSN 1983-104

O CORPO EM TRANSE: A MORAL SEXUAL SOBRE O CORPO FEMININO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Maria Aparecida Conceição Mendonça Santos (UFMA)¹ Vera Lúcia Rolim Salles (UFMA)²

Resumo: A proposta deste trabalho consiste em discutir de que maneira as transformações culturais ocorridas no período da Belle Époque influenciaram a sociabilidade dos grandes centros do Brasil, sobretudo, o modo de pensar e viver das mulheres daquela época. Para tanto, será enfatizado os discursos sexistas elaborados sobre a mulher, muito especificamente acerca da sexualidade feminina no Brasil, no final do século XIX e início do XX, buscando salientar a assimilação e propagação de um imaginário sobre o sexo feminino através das construções discursivas da época, enfatizando os mecanismos abstratos de controle e as formas de repressão que recaíam sobre o corpo e a sexualidade feminina.

Palavras-chave: corpo; mulheres; poder; sexualidade.

Introdução

O progresso econômico e o processo de modernização vivenciado pelas cidades europeias no período da *Belle Époque* refletiram em profundas transformações socioculturais que foram acentuadas não só na Europa, mas, também, em outros países ocidentais. Neste contexto, a *Belle Époque* favoreceu a massificação de novas condutas, ideais e gostos. Era notória a relação e a influência estabelecida

-

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mariaparecida.cmsantos@hotmail.com.

² Prof. Dr^a. do departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: vsalles@terra.com.br.



em consonância com a sociedade europeia da época, destacando a classe dominante, que incorporou de maneira mais acentuada os novos padrões, e os intelectuais, que mantinham um contato mais estreito com os teóricos, pensadores e literatos europeus, destacando, dentre estes últimos, os autores franceses.

No Brasil, "nenhuma impressão marcou mais fortemente as gerações que viveram entre o final do século XIX e o início do XX do que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo no âmbito das grandes cidades". (Sevcenko 1997: 514). Observava-se neste período um cotidiano em tensão estabelecido por novas maneiras de ver e conceber a sociabilidade da época. Enquanto o país passava por modificações no âmbito econômico, social, cultural e filosófico, a população além de absorver tais mudanças contribuía ativamente para as transformações que se operavam. Assim, as constantes mudanças fomentaram, ao mesmo tempo, certas rupturas que outrora haviam sido determinadas, como também exigiam maior controle e vigilância da sociedade que vivenciava a euforia da era da modernização.

Este cenário foi crucial para se entender, na etimologia da palavra, o que significava a vida "moderna" nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Na historiografia brasileira, no final do século XIX e o início do XX, o termo "moderno" ressurge em oposição/negação ao passado, derivando, nesse sentido, a ideia de "progresso" e "modernidade" Em meio a esta mistura convulsionada entre um ambiente moderno e rústico, fruto do encontro entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos, aliada ao etnocentrismo Europeu Ocidental, o processo de modernização foi impulsionado pela elite cosmopolita da sociedade brasileira, que em detrimento à cultura local valorizava os costumes, tendências e hábitos europeus. Nessa perspectiva, foram notórias as tentativas de marginalização das classes subalternas no processo de modernização do país.

Assim, podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais, que podem abranger desde o indivíduo, até a multidão, a partir dos aspectos políticos, religiosos, econômicos, urbanísticos, éticos e morais. Indubitavelmente, estas estruturas estiveram correlacionadas dentro de uma teia de relações, na qual o poder se difundiu por toda a sociedade, podendo ser observado até mesmo na própria moralidade que se manifestou como uma forma de vigilância do corpo, a fim de controlar, reprimir, censurar ou recalcar a sexualidade dos indivíduos.

³ O vocábulo "moderno" vem do latim *Modernus*, que significa atual, recente.

⁴ Com base no *Dicionário de Conceitos Históricos* (2005), um dos primeiros pensadores a utilizar a ideia de modernidade foi Charles Baudelaire, escritor francês da segunda metade do século XIX, o autor de *As flores do mal*, pensava a modernidade como as mudanças que iam se operando em seu presente, utilizando a palavra, sobretudo, para a observação dos costumes, da arte e da moda.

⁵No Dicionário de Economia do Século XXI(2008), o termo modernização corresponde ao processo de mudança econômica, social e política pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais (de base rural), criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento. Industrialização, urbanização, desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação de massa são fenômenos característicos do processo de modernização.



Corpos dóceis

Dentro daquilo que configuraria a docilidade dos corpos, a sexualidade se tornou, naquela época, um objeto de preocupação e de análise, como alvo de vigilância e de controle (Foucault 2012). No Brasil, sabe-se que a imagem social das mulheres no período de transição entre Império e República ainda estava voltada, quase que exclusivamente, para uma educação que pudesse orientá-la a desempenhar o papel de boa esposa e despertar o seu instinto materno. A união conjugal em fins do século XIX e início do século XX ainda era regida pelos interesses econômicos de seus familiares, assim, o aspecto sentimental tinha pouca relevância na consolidação do casamento. Sobre esta vertente, o psicanalista Jurandir Freire Costa (1999: 215-216) diz que:

Os casamentos faziam-se sob a égide das razões ou interesses familiares. Pais, tutores ou outros responsáveis decidiam que alianças seriam contraídas pelos filhos ou tutelados, considerando apenas os benefícios econômicos e sociais do grupo familiar. Os motivos de ordem afetiva raramente pesavam na determinação de uma união conjugal [...]. O casamento não celebrava, portanto, o reconhecimento social de uma união amorosa entre indivíduos. O amor não era um pressuposto necessário à ligação conjugal. Como, aliás, a atração física, cuja ausência ou presença em nada alterava a composição da aliança. Contrato conjugal era, de fato, um mero relé no intercâmbio de riquezas.

Além disto, a imagem construída sobre a mulher estava associada à sua suposta inferioridade intelectual. Os higienistas reprovavam o contato da mulher com a Literatura, para eles os interesses intelectuais eram prejudiciais à representação do "eterno feminino". Acreditava-se que este contato poderia corromper as mulheres, comprometendo sua obediência ao marido, tornando-as seres ativos e capazes de se posicionarem diante das imposições morais e das correntes filosóficas e científicas que estavam em vigor. A este respeito Jurandir Freire Costa (1999: 260) esclarece que:

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem da mulher mãe. Por isso, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava um mau exemplo às outras mulheres.

Diante do exposto, compreende-se que o pensamento higienista reforçava a ideia de submissão da mulher. Compreende-se, assim, que a imagem construída sobre a mulher estava associada à sua inferioridade intelectual, à sua delicadeza física e ao instinto materno. A ela bastava os deveres de se dedicar ao marido e aos filhos, sendo-lhes sempre fiel, prestativa e cuidadosa. No entanto, há de se destacar que esta representação do "eterno feminino" teve uma expressiva trajetória ao longo



da história, encontrando na filosofia iluminista um suporte "racional" para sua manifestação. A este respeito, Soihet (1997: 9) elucida que:

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estavam excluídas da genialidade. A beleza atribuída a esse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade.

Desta maneira, compreende-se que a atuação da mulher na sociedade da época se restringia ao lar, onde exercia a função de bela esposa, além de despertar o seu instinto materno. O pressuposto de inferioridade feminina vigorava em muitos outros estudos e em instituições como a Igreja e o Estado, que também davam legitimidade ao discurso de inferioridade atribuído às mulheres. A Igreja, desde a Idade Média, desenvolveu mecanismos de observação e controle sobre o corpo e a sexualidade feminina, designando, por exemplo, à confissão sacramental um meio de vigilância aos desejos, prazeres, pensamentos e à concupiscência da carne. Segundo Foucault (1988: 58), à confissão foi atribuído "um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos" perante as condutas morais da sociedade. O poder exercido pela Igreja se alastrou durante séculos e as mulheres que ultrapassassem as barreiras das condutas sociais impostas pela época, eram mal vistas perante a sociedade, consideradas símbolo de mulher corrompida.

Corpos ordinários

É sabido que na historiografia brasileira, o período entre o final do século XIX e início do XX é caracterizado por intensas agitações políticas, que almejavam a construção de um país civilizado, culto e moderno. Enquanto o país passava por modificações no âmbito econômico, social, cultural e filosófico, a população além de absorver tais mudanças contribuía ativamente para as transformações que se operavam.

As mulheres começavam a impor suas vontades e desígnios, despertando a preocupação dos mais variados mecanismos de poder, uma vez que estas "novas" aspirações representariam uma ameaça à ordem moral estabelecida. Deste modo, as mulheres que passaram a se manifestar contra os padrões estabelecidos na época, eram consideradas perdidas, inclusive aquelas que ousaram desejar o prazer nas relações sexuais. A esposa ou jovem que almejasse o prazer carnal estaria fadada à ruína moral e até mesmo à morte. Não ter controle de seus comportamentos poderia significar ainda que a mulher estava sempre suscetível ao risco da loucura.

Naquele período falar sobre sexo ou se atrever a ter relações sexuais mais intensas eram condutas que comprometiam os preceitos da época, sobretudo quando se tratava da mulher. Assim, qualquer comportamento considerado fora do normal era condenado pela sociedade, principalmente pela Igreja, que desde tempos mais



remotos pregava o discurso do pecado da carne⁶, e pelo Estado, que se comprometia à vigilância do sexo, pois se acreditava que parte das doenças ou dos distúrbios estavam relacionados à etiologia sexual. Dizia-se que da masturbação precoce das crianças, às "perversões sexuais", como o homossexualismo e a sodomia, representavam práticas sexuais que iam contra a natureza humana. Do mesmo modo, as doenças nervosas e as ninfomanias estavam vinculadas a estas práticas. A este respeito, Foucault (1988: 64-65) expõe que:

Não há doença ou distúrbio para os quais o século XIX não tenha imaginado pelo menos uma parte de etiologia sexual. Dos maus hábitos das crianças, às tísicas dos adultos, às apoplexias dos velhos, às doenças nervosas e as degenerescência da raça, a medicina de então teceu toda uma rede de causalidade sexual.

Nesta mesma perspectiva, a mulher que apresentasse tendências exageradas ao desejo sexual era considera um ser abominável pela sociedade. A Igreja atribuía este desvio moral e sexual ao pecado, no entanto a medicina lançava um olhar científico sobre esta questão, a fim de compreender os impulsos que levariam a mulher à sexualidade prematura ou exacerbada, bem como queria entender o que desencadearia o comportamento da histeria, da ninfomania e suas possíveis consequências para a saúde feminina.

Já para as teorias médicas e científicas, o despertar do desejo sexual na mulher era um objeto de estudo extraordinário para se compreender a relação entre a *psique* e o corpo, surgindo assim estudos mais "elaborados" sobre a histeria⁷ e a ninfomania. Além disto, defendiam que a precariedade ou a ausência do ato sexual seriam responsáveis pelas condutas mais prejudiciais às mulheres, como o adultério e a infidelidade, bem como seriam, causadores dos distúrbios uterinos⁸, provocados pela

⁶ Boa parte do arsenal antifeminino dos teólogos e moralistas baseava-se na regra segundo a qual as mulheres levavam o homem à danação. Eram consideradas perigosas, frágeis, astuciosas, infiéis e fúteis; sensuais, representavam obstáculo à retidão. São Jerônimo, terrível polemista do século IV, um austero solitário de língua ferina, nutriu um desprezo doentio por elas. No célebre tratado *AdversusLovinianum* (Contra Joviniano) ele as considera o princípio de todos os males, as sedutoras das almas puras dos homens. As mulheres, diz, pendem naturalmente para o prazer e não para a virtude. Nos padrões de conduta definidos e orientados pela Igreja, o corpo e tudo o que a ele estivesse relacionado era tratado com extrema desconfiança. De acordo com Jacques Le Goff, na Idade Média, prevaleceu a ideia de que o invólucro carnal era a prisão da alma. A aversão aumenta quando se tratava de suas capacidades sexuais, consideradas responsáveis pelo pecado e pela perdição humana. Tal desprezo evidenciava-se claramente na satanização do corpo, de maneira que entre os lugares-comuns do pensamento cristão encontrava-se a ideia segundo a qual, desde Eva até as bruxas, ele era lugar de eleição do Diabo. Já no século III, Tertuliano podia afirmar: 'tu és a porta do diabo, tu consentistes na sua árvore, fostes a primeira a desertar da lei divina' (Macedo 2013: 68).

⁷ Segundo a especialista em Psicanálise, Júlia Borossa (2005: 5), supõe-se que Hipócrates, o "pai da medicina", teria usado a palavra histeria pela primeira vez como um termo genérico que designava enfermidades do útero.

⁸A ideia, segundo a qual o útero é uma organismo vivo, análogo a um animal, dotado de certa autonomia, e de uma possibilidade de deslocamento remonta a mais alta Antiguidade, cerca de 2000 anos a.C. No antigo Egito, numerosas perturbações eram atribuídas às migrações do útero para a parte superior do corpo, e procurava-se fazer descer esse estranho animal, atraindo-o para baixo através de



prática da masturbação, considerada agente da esterilidade e do aborto. Ainda no tocante dos distúrbios uterinos, a historiadora Mary Del Priore (2011: 90) explica que eles "poderiam estar relacionados com ataques epiléticos e a crimes de morte. Os médicos, então, começavam a delinear o perfil do que chamavam de mulher histérica".

Em meio à preocupação da concupiscência da carne, ao longo de todo final do século XIX e início do XX, surgem com os estudos científicos uma série de medidas cautelares para reprimir e controlar as doenças nervosas desencadeadas pela histeria. Nesse sentido, era comum em periódicos e revistas da época, como o *Campeão Lusitano* e a *FonFon*, respectivamente publicados no Rio de Janeiro, fazerem anúncios de banhos, remédios e preparados que pudessem sanar os impulsos sexuais e quaisquer outro ato imoral relacionado ao "útero doente", como mostram as imagens a seguir:



agradáveis odores aplicados sobre a vulva e repelindo-o pela inalação de odores (Châtelet 1996 *apud* Neri 2005: 99).

Deposito Geral: Pharmacia CESAR SANTOS — Rua Santo Antonio, 25 — PARÁ.

Fonte: Fon-Fon (1916: 49)





Fonte: Campeão Lusitano (1885: 4)

No entanto, enquanto as teorias médicas buscavam suporte nos experimentos científicos para controlar as "prevenções sexuais" e as doenças nervosas, os estudos higienistas, assim como as Igrejas, postulavam condutas que direcionavam as mulheres exclusivamente à maternidade, repudiando as extravagâncias sexuais dos casais. Assim, a fim de se garantir que os indivíduos pudessem transmitir uma "genética saudável" a suas progênies, os higienistas recorriam à publicação de manuais que davam conselhos úteis sobre as relações sexuais e a arte de procriar filhos bonitos e sadios, pois em tempos de "darwinismo social" a degenerescência da raça era fator preocupante para o desenvolvimento da espécie humana.

As discussões acerca das ideias evolucionistas promulgadas pelos higienistas eram debatidas em periódicos da época, como o *A Mãi de Familia*, publicado no Rio de Janeiro. O jornal *A Mãi de Familia*era disposto ao público quinzenalmente com a finalidade de orientar, principalmente, as mulheres aos cuidados dos filhos e, consequentemente, do lar e da saúde. No fragmento abaixo do referido jornal, publicado em 15 de julho de 1885, o redator Rossetti chama atenção às questões relacionadas à hereditariedade, evidenciado que a união matrimonial deveria ser embasada na preocupação de gerir progênies fortes e sadias.



Figura 3 - Hereditariedade; Casamento

delle poderiam nascer. Essa grande lei da hereditariedade deve ser estudada e escutada antes de se ligar pelos laços do matrimonio, e encetar o caminho da maternidade. Ella só deve guiar nossa escolha; é dever nosso insistir fortemente sobre este ponto.

Para o hygienista o casamento só tem um fim; a união dos sexos para a creação de filhos sadios e fortes; tudo o mais é secundario.

N'uma outra occasião exporemos essa lei da hereditariedade, e as condições nas quaes deve ser uma moça para tornar-se bôa mái.

MME. ROSSETTI.

Fonte: A Mãi de Familia (1885: 101)

Os discursos científicos, como a eugenia, colocavam as relações sexuais, as perversões, as uniões conjugais e as doenças venéreas em posição de "responsabilidade biológica", de degenerescência da raça, ao difundirem discursos de que se o sexo não fosse controlado pelos mais variados mecanismos de poder, ele poderia ser o transmissor de doenças patológicas ou desenvolvê-las para as gerações futuras, bem como salientavam que a negligência das relações e das práticas sexuais poderiam ser prejudiciais à hereditariedade, ocasionado o nascimento de filhos com doenças funcionais ou psíquicas. Do mesmo modo, o pensamento higienista, defendia a ideia do "casal disciplinado", a fim de assegurar o sexo dentro da legalidade matrimonial, longe do prazer irresponsável.

Em meio à era eufórica das ciências naturais, desencadeadas e influenciadas por Charles Darwin, para os autores da estética naturalista, a ideia evolucionista de Darwin, a Seleção Natural era a força motriz para a transformação da sociedade. Nesse sentindo, é comum nos romances de cunho naturalista a predominância de temas que englobem o instinto humano, o fisiológico e o natural, retratando a agressividade, a violência e o erotismo, como elementos que compõem a personalidade do ser. A este respeito, a estudiosa Mônica Back da Silva (1981: 43, grifos nossos) coloca que no Naturalismo brasileiro:

O darwinismo se encontra presente aproximando o homem do animal e explorando os seus aspectos mais violentos e primitivos. [...] *O sexo também se apresenta nos romances brasileiros, causando polêmica; pois até então o assunto era evitado senão proibido, na ficção.* O determinismo, principalmente o biológico, é outra característica dos romances do naturalismo brasileiro, trazendo consigo o fatalismo, pois as personagens se caracterizam principalmente pela falta de livre arbítrio.



Assim, no que se refere à abordagem sobre a sexualidade, as obras literárias como *O Homem* (1887), de Aluísio de Azevedo e *A Carne* (1888), de Júlio Ribeiro, foram consideradas chocantes por serem vistas como uma perversão à figura da mulher, pois apresentam um diálogo vivo e extraordinariamente enfático sobre a sexualidade feminina. Era comum os autores naturalistas explorarem temas que retratassem o incesto e o desequilíbrio, que leva à loucura, criando personagens submetidos aos seus instintos e desejos. Assim:

Temos, então, o amoralismo tão discutido e tão condenado. Desta maneira, a literatura se desvencilha da moral permitindo o estudo de casos patológicos, o misticismo fisiológico, a histeria feminina e todos os assuntos até então presentes na sociedade, mas proibidos nos romances (Silva 1981: 43-44, grifos nossos).

Intelectuais como Aluísio de Azevedo e Júlio Ribeiro, retrataram nos romances supracitados uma dicotomia da imagem feminina da época. Na urdidura de seus enredos há a presença da mulher dita como "pecadora", "imoral" e "anormal" por manifestar desejos sexuais fora dos padrões a qual se encontrava. Segundo a historiadora Mary Del Priore (2011: 90), em fins do século XIX e início do século XX:

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal.

Nesta perspectiva, a obra *O Homem*, de Aluísio de Azevedo (1887), chama atenção por evidenciar pressupostos que iam contra a natureza feminina, como o incesto e a concupiscência da carne. O romance aborda a relação entre dois irmãos, Magdá e Fernando, no entanto, logo no início do enredo, é possível perceber que o incesto não é consumado. A partir de então, a protagonista passa a sofrer distúrbios psíquicos, ocasionados pela perda do amado, Fernando, e pela manifestação latente de desejos libidinosos despertados por outro rapaz, que, no entanto, não foram correspondidos. Nesta obra, a exposição de fatores que atentam para os perigos inevitáveis da repressão sexual sofrida pela personagem, pode ser elucidada, logo abaixo, a partir da tese cientificista do romance, desencadeada pelo médico de Magdá, o Dr. Lobão:

- Diabo! Faz lástima que um organismo, tão rico e tão bom para procriar, se sacrifique desse modo! Enfim ainda não é tarde; mas se ella não se casar quanto antes um... um!... Não respondo pelo resto!
- Então o doutor acha que...?

Lobão inflamou-se: - Oh, o Conselheiro não podia imaginar o que eram aquelles temperamentozinhos impressionáveis!... eram terríveis, eram



violentos, quando alguém tentava contrariá-los! Não pediam – exigiam – reclamavam!

- E se não se lhes dá o que reclamam, prosseguio, aniquilam-se, estrangulam-se como leões atacados de cólera! É perigoso brincar com a fera que principia a despertar... O mostro deu já sinal de si; e, pelo primeiro berro, você bem póde calcular o que não será quando estiver de veras assanhado!
- Valha-me Deus! Suspira o pobre Conselheiro, que hei de eu fazer, não dirão?
- Ora essa! Pois já não lhe disse? É casar a rapariga quanto antes!
- Mas com quem?
- Seja lá com quem fôr! O utero, conforme Platão, é uma besta que quer a todo custo conceber no momento opportuno: se lho não permitem – damna! Ora ahi tem!
- Visto isso, o hysterismo não é mais do que a hydrofobia do utero?...
- Não! Alto lá! Isso não! A hysteria pode ter varias causas, nem sempre é produzida pela abstinencia; seria asneira sustentar o contrário. Convenho mesmo com alguns médicos modernos em que ella nada mais seja que uma nevrose do encephalo e não estabeleça a sua sede nos órgãos genitaes, como queriam os antigos; mas isso que tem a ver com o vosso caso? Aqui não se trata de curar uma hystérica, trata-se é de evitar a hysteria; compreende você? [...] Para isso é preciso, antes de mais nada que ella contente e traga em perfeito equilíbrio certos orgãos cuja exacerbação iria alterar fatalmente o seus systemapsyquico; e como o casamento é indispensável àquelleequilibrio, eu faço grande questão do casamento.
- De acordo, mas...
- Casamento é um modo de dizer, eu faço questão é do coito! Ella precisa de homem! (Azevedo 1887: 67-69).

Como se observa, a dita imoralidade presente na obra *O Homem*, enfatizada pela necessidade da personagem obter relações sexuais na tentativa de se evitar danos psíquicos à sua pessoa, colocou em escandalosa evidência a problemática da moral social tanto da mulher quanto da própria sociedade, haja vista que, em fins do século XIX e início do XX, falar sobre sexo ou manifestar qualquer desejo sexual de forma exacerbada, corresponderia a julgamentos preconceituosos. No entanto:

Com o advento do naturalismo, e com a preocupação que a escola revelou em desnudar aquilo que velhas crenças e costumes, prejuízos e preconceitos solidamente ancorados no tempo, tinham tido o cuidado de conservar escondido, o problema da imoralidade literária assumiu importância singular (Sodré 1992: 250).

⁹ A ortográfica e a acentuação das palavras estão em consonância com a escrita e as regras gramaticais do período ao qual a obra utilizada foi publicada.



Na obra *A Carne*, Júlio Ribeiro (2008) é ainda mais enfático ao expor as manifestações de desejos promíscuos, do sadismo, da ninfomania, das perversões sexuais, da nudez e do sexo, que são desencadeados pelas personagens do romance no decorrer da trama, sobretudo, pela protagonista Lenita. No fragmento abaixo é possível notar a evocação erótica da personagem, por meio de suas sensações de prazer muito bem desenhadas pelo próprio autor:

Lenita ofegava em estremeções de prazer, mas de prazer incompleto, falho, torturante. Abraçando o fantasma de sua alucinação, ela revolvia-se como uma besta-fera no ardor do cio. A tonicidade nervosa, o erotismo, o orgasmo, manifestava-se em tudo, no palpitar dos lábios túmidos, nos bicos dos seios cupidamente retesados (Ribeiro 2008: 18).

No que diz respeito a esta obra, Mary Del Priore (2011: 91) coloca que "Júlio Ribeiro, em seu romance naturalista *A carne*, de 1888, põe na boca de um dos protagonistas, Barbosa, a certeza que fora deixado por sua amante, Lenita, porque esta, possuidora de um cérebro fraco e escravizado pela carne, tornara-se histérica". Nota-se, portanto, que diante da prerrogativa dos discursos da Igreja, das teorias médicas e científicas, os literatos ora poderiam ser considerados os precursores de discursos que iam contra a pretensa moralidade da época, ao abordarem em seus romances a imagem de mulheres progressistas e detentoras de desejos sexuais, evidenciando, nesse sentido, a liberdade sexual feminina, e ora assumiam uma imagem negativa dentro do contexto pela produção de obras com teor erótico ou pornográfico, que colocavam a figura feminina exposta ao ridículo ou a um fim trágico, haja vista que o fetiche sexual e o prazer carnal transformariam as mulheres em um ser abominável e destinado à fatalidade.

Diante do exposto, entende-se que mediante as questões que tangenciavam a esfera do corpo e da sexualidade feminina em fins do século XIX e início do século XX, observavam-se duas nuances significativas em torno de tais discussões, a primeira delas diz respeito às relações de poder da época, consideradascomo mecanismos abstratos de controle e formas de repressão: vigiavam e recalcavam as manifestações e desejos sexuais mais promíscuos. A segunda, por fim, orbita dentro da própria mulher, que ora se via imersa em um conflito de normas e valores, pulverizado por sensações que tentava torná-la dócil às práticas religiosas, civis e científicas, e ora se via em transe em decorrência de uma volúpia latente que a deixava ébria de desejos sexuais.

Síntese conclusiva

Mediante ao exposto, entende-se que dentro do processo de modernização as investidas na tentativa de controlar o corpo e a sexualidade feminina foram inúmeras. No entanto, em oposição aos corpos dóceis do final do século XIX e início do século XX, emergia no Brasil a figura da mulher histérica, ordenado por um corpo ordinário e a margem do "eterno feminino". O ordinário do corpo feminino se achava, naturalmente, associado ao pecado da carne, o que levou, indubitavelmente,



a uma série de condenações e diagnósticos precipitados à imagem da mulher. Além disto, este corpo estaria contrário às ordenações impostas pela Igreja e pelos ideais apregoados pelos manuais de civilidade elaborados pelos higienistas da época. Compreende-se, ainda, que o desejo de imprimir uma normalidade aos comportamentos das mulheres e aos cuidados com o seu corpo tornaram-se uma constante prerrogativa das organizações religiosas, médicas e civis. Por fim, observavam-se no discurso de tais organizações várias interdições, um conjunto de normas e valores delineados histórica e culturalmente para controlar o corpo e a sexualidade feminina. Do contrário, via-se no discurso literário o tema da imoralidade, tornando possível a concretização dos impulsos e desejos sexuais das mulheres que, dentro da mentalidade da época, acabava levando-as à ruína moral.

BODY IN TRANCE: THE SEXUAL MORAL ABOUT THE FEMININE BODY IN THE EDGE OF THE 19TH CENTURY AND BEGINNINGS OF THE 20TH

Abstract: The purpose of this paper is to discuss how the cultural transformations that occurred during the *Belle Époque* influenced the sociability of Brazilian great centers, specifically the women's way of thinking and living at that time. For that, it will be emphasized the sexist discourses elaborated about women, very specifically about female sexuality in Brazil in the edge of the 19th century and beginnings of the 20th century, seeking to emphasize the assimilation and spread of an imaginary about the female sex through the discursive constructions of the time emphasizing the abstract control mechanisms and forms of repression that fell upon the body and female sexuality.

Keywords: body; women; power; sexuality.

REFERÊNCIAS

A Mãi de Familia, Rio de Janeiro, 15. Julh.1885, n. 13, p. 101.

AZEVEDO, Aluísio de. *O homem.* 3 ed. Rio de Janeiro: Imp. Typ. de Adolpho de Castro Silva & C. 1887.

BOROSSA, Júlia. *Conceitos da psicanálise*: Histeria. Trad. Carlos Mendes Rosa. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2005.

Campeão Lusitano, Rio de Janeiro, 06, jun. 1885, n. 73, Anúncios, p.4.

COSTA, Jurandir Freire. Homens e Mulheres. In: _____. Ordem Médica e Norma Familiar. São Paulo: Graal, 1979.

Fon-Fon, Rio de Janeiro, 22 jan. 1916, n. 4, p. 49.



FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza C. Albuquerque. São Paulo: Graal, 1988.

_____. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2012.

MACEDO, José Rivair. A mulher na Idade Média. São Paulo: Contexto, 2013.

NERI, Regina. *A psicanálise e o feminino*: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas*: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

RIBEIRO, Júlio. A Carne. São Paulo: Escala. 2008.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (dir); SEVCENKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil República*: da Belle Époque à era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel H. Dicionário de conceitos históricos. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Mônica Back B. da. *O Naturalismo em O Cortiço de Aluísio Azevedo e Maggie de Stephen Crane*. 1981. 184 f. Dissertação (Mestrado em Literaturas da Língua Inglesa) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SOIHET, R. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: *Revista Estudos Femininos*. Vol. 5, n. 1, 1º Semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, pp. 7-29.

ARTIGO RECEBIDO EM 31/03/2014 E APROVADO EM 14/05/2014